

DESPACHO N.º 01/V-AC/ 2021/1

**NOMEAÇÃO DE JÚRI DO PERÍODO EXPERIMENTAL**

**CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO**

Na sequência do procedimento concursal aberto pelo Aviso n.º 1757/2019, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 22, de 31 de janeiro de 2019, e da aprovação da Proposta n.º 28-V-SV/2021, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas, com efeitos a partir de 02/11/2021, para o exercício de funções correspondentes à carreira/categoria Assistente Técnico, para o desempenho de funções na área de atividade de biblioteca e documentação, com a trabalhadora **Catarina Veríssimo Mendes**.

Assim:

No uso da competência conferida pela alínea a), do n.º 2, do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delegada pelo despacho n.º 13-A/P/2021, de 28 de outubro, determino, para efeitos previstos no artigo 46.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na redação atual, que o júri para avaliação do período experimental da trabalhadora terá a seguinte composição:

**Presidente:** Joanna Louisa Pereira Whitfield, Chefe da Divisão Património Cultural e Bibliotecas;

**1.º vogal efetivo:** Ana Luísa da Cruz Ferreira Filipe, Técnico Superior; e

**2.º vogal efetivo:** Cristina Maria Alves Contino Novo, Assistente Técnico.

O período experimental inicia-se com a celebração do contrato e tem a duração de 120 dias, de acordo com o disposto na alínea a), do n.º 1 do artigo 49.º do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, pelo que tem o seu início em 02/11/2021 e termo em 02/03/2022 (120).

Azambuja, 02 de novembro de 2021

A Vereadora do Pelouro dos Recursos Humanos



Ana Margarida Serrano Gaspar Coelho